

por uma pastoral comprometida com a vida dos pobres. Sem este sinal profético, a Igreja perde a sua credibilidade e nega a identificação de Cristo com o rosto sofrido dos irmãos. Nesta perspectiva, a pastoral tem que ser humilde, andar com o povo e não dar somente respostas prontas a todos os problemas. O ato pastoral por excelência junto aos excluídos é antes de tudo dar confiança, reanimar e convocar, para o amanhecer.

NOTAS

- (1) *Conclusões da Conferência de Puebla*, CELAM, 1979, n.24
- (2) *"Juventude, caminho aberto"*, Campanha da Fraternidade, CNBB, 1992, p. 17
- (3) *"Diretrizes 1991-1994"*, Estudos da CNBB, p. 111
- (4) *"Que fizeste de teu irmão desabrigado?"* Documentos Pontifícios, n. 219, Pontifícia Comissão de Justiça e Paz, 1988, p. 11
- (5) *"Sociedade Brasileira e desafios pastorais"*, Ed. Paulinas, 1990, p. 42
- (6) MO SUNG, J., *"Quando nem todos são filhos de Deus"*, art. in *"Vida Pastoral"*, julho-agosto, 1994
- (7) PERONI, C., *"A presença pública da Igreja aos desafios dos anos 90"*, mimeo, CNBB, 1994
- (8) *Conclusões da Conferência de Puebla*, CELAM, 1979, p.31-39

(9) *Conclusões da Conferência de Santo Domingo*, CELAM, 1992, n. 178

(10) *Conclusões da Conferência de Medellín*, CELAM, 1968, n. 8.6

(11) *"Diretrizes 1991-1994"*, Estudos da CNBB, p. 115

(12) Texto-base do COMLA V, p. 40

BIBLIOGRAFIA

GUTIERREZ, G., *"A força histórica dos pobres"*, Ed. Vozes, 1981

PORTILLA, L. M., *"A conquista da América Latina vista pelos índios"*, Ed. Vozes, 1987

BOFF, L., *"Teologia do cativo e da libertação"*, Multinova, Lisboa, 1987

VV. AA., *"Vida, clamor e esperança"*, Ed. Loyola, 1992

Endereço do Autor:

Seminário Teológico de Tubarão
Caixa Postal 5073
88040-970 FLORIANOPOLIS, SC

Fraternidade e Excluídos

Os Excluídos do Útero

A Conferência Internacional do Cairo

*Dom Orlando Brandes, Bispo de Joinville
ex-Professor de Teologia Moral no ITESC*

Realizou-se entre os dias 5 e 13 de setembro p.p. na cidade do Cairo, a Terceira Conferência Mundial sobre "População e Desenvolvimento", promovida pela ONU. Desde 1974, os Estados Unidos iniciaram uma campanha mundial para diminuir a população em vista da segurança nacional e do crescimento econômico. Tal fato consta no conhecido "Relatório Kissinger". Dessa época em diante, de 10 em 10 anos acontecem as "Conferências Mundiais" sobre a população.

Nesse mesmo ano de 1974, a ONU promoveu em Bucareste a Primeira Conferência, cujo objetivo era controlar a população, os nascimentos, especialmente nos países pobres. Em Bucareste, os países socialistas e os do Terceiro

Mundo defenderam a famosa tese ainda hoje muito citada: "Queremos o controle da Justiça e não só o da Natalidade!" Esta mesma filosofia o Papa Paulo VI havia defendido na sua visita à ONU em 1965: "Vossa tarefa consiste em conseguir que o pão seja suficiente na mesa da humanidade e não em fomentar o controle artificial dos nascimentos, com a finalidade de diminuir o número dos comensais do banquete da Vida."

Dez anos depois, em 1984, na cidade do México, realizou-se a Segunda Conferência Mundial sobre a população. Desta vez a pressão sobre os governos foi muito grande para que envidassem todos os esforços em vista do controle da natalidade. Como era de esperar, apareceram pressões e políticas anti-natalistas de todos os lados. Em 1992, com a "ECO - 92", na cidade do Rio de Janeiro, o peso dos argu-

mentos anti-natalistas recaem sobre o meio-ambiente. Para salvar a vida e o meio-ambiente faz-se necessário um urgente controle dos nascimentos, especialmente dos pobres, para salvar o futuro da terra, e da ecologia. Para defender o cosmos e a vida é preciso **excluir os pobres**. É preciso defender a terra, defendendo-se dos pobres. Eles são perigosos e culpados, e é hora de **excluí-los do útero**. Assim chegamos à Conferência do Cairo, pois passaram-se mais dez anos.

1. A POLÍTICA DA NATALIDADE: EXCLUSÃO DO POBRE

A guerra fria entre o mundo ocidental e o mundo socialista terminou em 1989, com a queda do Leste europeu. Agora a crise mundial se polariza entre o Norte rico e o Sul pobre. As nações ricas do Norte impõem o controle da natalidade aos pobres do Sul, porque cada criança que nasce é uma boca a mais para comer e porque os pobres, em massa, constituem uma ameaça à paz! Como os bárbaros invadiram Roma e a venceram, os pobres de hoje estão já invadindo a Europa através das imigrações. E ainda, sem o controle dos pobres, não haverá desenvolvimento. Esta é a tese central da ideologia neo-liberal anti-natalista.

A Igreja, "perita em humanismo", sabe que a questão demográfica é grave e por isso mesmo propõe a "**paternidade responsável**" como caminho concreto e viável para a solução do problema. Passou o tempo da "filharada" como bênção de Deus. Não podemos ser irresponsáveis ao gerar uma nova vida. Se há o dever moral de ter filhos, há igualmente o dever moral de não ter filhos demais. Portanto, dizer que a Igreja é irresponsável e até incompetente em relação à demografia, é um desconhecimento de causa. Inclusive a moral católica apresenta um método de planejamento familiar, que conhecemos como "método natural" ou métodos naturais. Portanto, um novo filho, uma nova concepção, será sempre fruto de uma atitude consciente e responsável dos genitores. Onde está então o conflito?

São duas as questões: a questão dos métodos artificiais e abortivos e a questão da ideologia das políticas anti-natalistas. A primeira questão é a dos métodos. A Igreja só aceita, em sua moral, os métodos naturais, pois eles são mais sadios que os outros, são possíveis e são mais justos, porque envolvem marido e mulher, dentro de uma escala cristã de valores. A segunda questão contempla as políticas anti-natalistas.

Sabemos que estas políticas neo-liberais querem excluir o pobre como se ele fosse o culpado pelo atraso do desenvolvimento. Em outras palavras, o desenvolvimento das nações depende da exclusão dos pobres e, assim, pelo uso de anti-concepcionais, podemos assegurar o crescimento econômico das nações. A Igreja contesta esta visão de desenvolvimento e prioriza a **prática da justiça**, a melhor distribuição da renda, a solidariedade, a partilha, como caminho do desenvolvimento das nações. Se tivermos mais justiça, haverá pão na mesa de todos, mas, com o atual consumismo egocêntrico, prefere-se proibir os nascimentos, para garantir a concentração do lucro e do supérfluo.

Na Conferência do Cairo e nos seus preparativos os representantes da Santa Sé foram suficientemente claros nesta questão do desenvolvimento. Com mais justiça, podemos ter mais nascimentos e menos fome. Não se resolvem problemas sociais com anti-concepcionais apenas, pois o desenvolvimento é para o homem e não o homem para o desenvolvimento.

2. AS ESTRATÉGIAS ANTI-NATALISTAS: A EXCLUSÃO DA ÉTICA

A pílula química entra no comércio em 1960 e modifica a moral sexual. Foi a promotora da revolução sexual no sentido do "sexo seguro", sem o perigo da gravidez. Em 1980, chega o bebê de proveta. É a guerra biológica, porque agora já se pode excluir da vida os fracos, os pobres, e se pode praticar o racismo genético ou biológico. Mais. Na Conferência do Cairo, a vasectomia, a ligação das trompas e o aborto são propostos como métodos normais de planejamento familiar. É a exclusão da Ética.

Nas Conferências de Bucareste e do México, o controle dos nascimentos recaía sobre os governos: na ECO - 92, sobre a ecologia e o meio-ambiente; agora, no Cairo, o enfoque da questão é a mulher. Assim, para justificar o aborto como método de planejamento familiar, fala-se em **direitos reprodutivos** da mulher, direito à sexualidade, liberdade reprodutiva, maternidade sem riscos, direito ao corpo, direito ao planejamento familiar, maternidade como direito e opção. Todo esse vocabulário, em palavras claras, quer dizer: legitimar o aborto.

Além disso, defendeu-se a criação de centros de saúde reprodutiva e se dramatiza a morte de mulheres nas maternidades pela prática do aborto provocado, para se fomentar a legalização do abortamento. Nesta estratégia, os movimentos feministas são usados e manipulados para reforçar os ideais abortistas.

Outra estratégia consiste em dramatizar a explosão demográfica, a superpopulação, alardeando o aumento da miséria e da fome para igualmente encontrar fundamentos para a imposição de métodos anticoncepcionais artificiais e abortivos. O argumento é lógico: se aumenta o número de pobres, aumenta a fome, e o meio-ambiente corre perigo de superpopulação. Hoje, com a queda da natalidade, já não se pode falar em explosão demográfica sem as devidas distinções, como adiante veremos.

A educação sexual é outro caminho que a ideologia neo-liberal encontrou para alcançar seus objetivos. Sob a capa de educação sexual, ensina-se na verdade a prática de métodos abortivos, esterilizantes e contraceptivos. A isso se chama de "sexo seguro", sem o perigo da gravidez. Abrem-se assim as portas ao "amor livre" que, na realidade, é um "amor sem vínculos", sexo livre e seguro, sem o pesadelo da gravidez. Eis o que se entende por "educação sexual". Estratégias e manipulações é que não faltam.

Neste quadro das estratégias que estamos vendo, não podemos esquecer as ONGs, isto é, as Organizações Não-Governamentais. São entidades financeiras e filantrópicas, interessadas no lucro e sucesso econômico, que gastam

fortunas para controlar os nascimentos dos pobres, sem se interessarem pelo controle da justiça. Ninguém duvida de que ajudar na educação do uso das faculdades generativas é uma atitude louvável, mas estas ONGs gastam fortunas em contraceptivos e nada fazem em vista da democracia, dos direitos humanos, da solução da dívida externa etc. Portanto, o que se discute é a visão de desenvolvimento que está subjacente à ação das ONGs.

Passemos a apresentar algumas destas Organizações: FNUAP= Fundo das Nações Unidas para a População; IPPF = Federação Internacional de Paternidade Planejada; GPI = Grupo Parlamentar Interamericano para a População; PNUD = Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento; FIPP = Formulação de Políticas Públicas de Controle da Natalidade.

Ainda outras: FCI = Family Care International; CDE = Católicas pelo Direito de Escolha; IWHC = Coalisão Internacional de Saúde das Mulheres; ISIS = nome da Deusa egípcia da Criação, símbolo do feminismo; CEDCM = Convenção sobre a Eliminação de todas as formas de Discriminação contra a Mulher; FPIA = Assistência Internacional para a Paternidade Planejada; BEMFAM = Bem-Estar Familiar; CPAIMC = Centro de Pesquisas de Assistência Integral à Mulher e à Criança; ABEPP = Associação Brasileira de Entidades de Planejamento Familiar. Estas e outras Organizações estão interessadas diretamente no controle da natalidade e para tal gastam fortunas. Alguém já disse que se tal soma financeira fosse aplicada na educação e na defesa dos direitos humanos, certamente teríamos outros resultados.

Em nossa lista de estratégias para a prática anti-natalista precisamos lembrar aqui o **novo conceito de família**. Em primeiro lugar, já não se aceita que a família esteja fundamentada no matrimônio monogâmico. Em segundo lugar, exclui-se normalmente o casamento religioso. Em terceiro lugar, crescem os matrimônios (famílias) por experiência, os casais sem filhos e o assim chamado "matrimônio aberto", onde os cônjuges em comum acordo aceitam a convivência com outros(as) amantes. A tudo isso se chama hoje de "família". Aliás, o conceito tradicional de família é sentido como obstáculo à liberdade e à felicidade. Estes novos tipos de família se prestam para facilitar o controle dos nascimentos. A família deixou de ser um conceito natural para depender de um consenso social-cultural. Daí as famílias de jovens que "fugiram" e se amasiaram, de divorciados em segundas núpcias. Em muitas destas situações a família se reduz ao casal ou a um "namoro a dois". Todos estes tipos de convivência recebem o nome de "família", onde há o exercício da sexualidade, mas nem sempre o da procriação.

Tendo refletido sobre algumas estratégias para facilitar a ação contraceptiva, deparamo-nos com graves questões éticas como, p. ex.: a liberação do aborto, a esterilização em massa, a educação sexual manipuladora, o envelhecimento da população, a violação da intimidade do casal através dos métodos esterilizadores, e a violação da soberania nacional pela dominação das nações ricas sobre as pobres. É o assim chamado "colonialismo demográfico ou, ainda, o "racismo biológico" (os pobres não devem procriar). É o que entendemos por exclusão da Ética não só na economia e na política, mas também na biologia e na sexualidade.

Cada uma das estratégias aqui estudadas revela uma defasagem ética e portanto uma exclusão da verdade. Quando

um erro passa ao státus de verdade, então estamos numa situação infra-humana. A questão dos excluídos está montada basicamente numa exclusão da ética nos assuntos mais fundamentais da existência humana e assim a terra se torna inabitável.

3. AS FALSAS PREMISSAS: EXCLUSÃO DA VERDADE

Para impor sua ideologia anti-natalista, as nações ricas e as ONGs fundamentam-se em argumentos e premissas falsas, como denuncia a carta do CELAM à Dra. Nafis SADICK (*cf Osservatore Romano, 17-5-1994*).

Uma primeira falsa premissa é a da explosão demográfica. Os países latino-americanos não têm superpopulação e a taxa de natalidade baixou vertiginosamente nos últimos anos. Calcula-se que a área ocupada pelos seres humanos não passa de 1% da terra firme do planeta, diz a revista *Bioscience* (vol. 36, n. 6, 1986). As aglomerações acontecem nas cidades não porque falte espaço no planeta, mas sim para comprar e vender, segundo o quer o neo-liberalismo consumista. Se os países ricos fossem solidários, poderiam alimentar 118 bilhões de pessoas, isto é, cerca de 20 vezes a população atual do planeta, segundo afirma o sociólogo Roger REVELLE na mesma revista.

O Pontifício Conselho para a Família emanou um documento intitulado: "*Evoluções Demográficas: Dimensões Éticas e Pastorais*" (Liberia Editrice Vaticana, 1994), onde também se constata a dramatização da explosão demográfica no mundo como justificativa para a política anti-natalista.

Outra falsa premissa é a visão do desenvolvimento, como já refletimos neste artigo. Para as nações ricas, desenvolvimento é lucro, mercado livre, mais riqueza, tecnologia. Para a Igreja, junto com o crescimento econômico é preciso o crescimento social, global, qualitativo, humanitário, sob a luz da solidariedade e não só do consumo.

Uma terceira - falsa - premissa é a exclusão ética de todos os setores da vida sexual, como: justificação do aborto, da esterilização, do planejamento familiar através de qualquer método, desde que seja eficaz. Preconiza-se a prática do sexo livre, contanto que seja "seguro". Defende-se uma visão da família sem o matrimônio e cria-se toda uma retórica em torno do assunto para manipular as pessoas e a própria verdade, levantando-se bandeiras como: "direitos reprodutivos, liberdade reprodutiva, proteção à mulher", mas, como sabemos, tudo isso no fundo se chama **aborto**. Ou ainda, quando se fala em "centros reprodutivos", leia-se: "centros abortivos".

Por fim, temos a falsa premissa da proteção do meio-ambiente. Exatamente os países que mais poluem a terra são os que levantam a voz contra os pobres, como se eles fos-

**"Preconiza-se
a prática do
sexo livre,
contanto que
seja seguro"**

sem os culpados pela fome, pela falta de alimentos, pelo comprometimento do meio-ambiente. Esta é a mais perversa das premissas, porque culpa os pobres pela "poluição da fome" e, em nome de um tipo de desenvolvimento, exclui-os do direito de viver.

CONCLUSÃO

Apresento aqui, como conclusão, o artigo escrito por Dom Lucas MOREIRA NEVES, Cardeal-Arcebispo de Salvador, da Bahia, testemunha auricular e ocular da Conferência do Cairo, artigo publicado na *Folha de São Paulo*, em 21-9-1994 e transcrito em "*Notícias da CNBB*" n. 229:

"No Cairo, ao entardecer"

"Há vários meses, alguns pastores (entre os quais modestamente me coloco), religiosos e leigos, tendo à frente JOÃO PAULO II em pessoa, andamos repetindo algumas incômodas evidências. Falávamos da "Conferência sobre População e Desenvolvimento" convocada pela ONU (Cairo, de 5 a 13 de setembro do corrente ano) e sobre o malsinado projeto do "Plano de ação" que a mesma Conferência havia de produzir. Dizíamos, entre outras coisas, que no *draft* de tal "plano" o desenvolvimento tinha um lugar tão mofino e irrelevante a ponto de aparecer como mera cortina de fumaça para encobrir o principal - e o principal eram projetos de uma certa demografia de tipo controlista. E que o cavalo de Tróia do mencionado *draft* era o aborto introduzido astuciosamente como um método entre outros em vista do planejamento familiar.

Fomos todos, JOÃO PAULO II inclusive, acusados de exagero e desinformação, quando não de delírio: a questão do aborto, se é que entraria na Conferência, passaria quase despercebida, de tão insignificante. Os fatos mostrariam quem tinha razão. E o fato foi que, de nove dias da Conferência, cinco, quase seis foram totalmente absorvidos por uma única questão: o aborto.

"a Santa Sé
reafirmou
de modo
inequívoco
sua rejeição
ao aborto"

A *Premier* norueguesa chamou a si a "honra" e responsabilidade de propor a legalização geral e universal do aborto, provocando óbvias adesões, sobretudo entre os países do Primeiro Mundo. Foi outra *Premier*, a do Paquistão, quem deu a réplica, afiada e cortante como o gume da cimitarra: o que o *draft* quer, no fundo, é "impor o adultério, a educação sexual e o aborto a todos os países". Benazir BHUTTO exprimia no seu discurso sentimentos profundamente muçulmanos: "*O Livro San-*

to (O Corão) nos diz: "Não matem seus filhos sob o pretexto de estarem em necessidade. Nós cuidamos do sustento". Outra mulher, Marilyn PRYOR, da Nova Zelândia, percebeu logo, e logo proclamou que a excelente intervenção da estadista paquistanesa poria na Conferência, desde o primeiro dia, uma marca profunda, já que refletia a posição da corrente principal.

A comentada intervenção de Benazir BHUTTO, além de desmontar as falácias da proposta BRUNTLAND e de forçar os delegados a assumir, à luz do sol, suas próprias responsabilidades, teve um mérito suplementar: o de deixar meridianamente claro que a posição *pro-life* e a defesa irrestrita da vida desde a concepção até o seu fim natural não são posturas forçosamente católicas, como se quer fazer crer para melhor rechaçá-las; de fato, o sentido da vida, a repulsa ao assassinato e ao homicídio, o senso do pecado não são forçosamente *católicos*, são *cristãos* e são *humanos*. Não é culpa do catolicismo se este se encontra, muitas vezes, sozinho a defender determinados valores. De todo modo, a Conferência viu, de repente, com surpresa, a delegação da Santa Sé profundamente unida às de numerosos países muçulmanos, em aguerrida oposição às posições controlistas e abortistas. Uma dúzia de países do Terceiro Mundo, vários da América Latina (entre os quais não tive o prazer de ver o nome do meu país), aliou-se fortemente à nobre batalha da Santa Sé e dos Estados muçulmanos para aliviar o *draft* dos seus desvios mais graves. Todos esses países tiveram, no Cairo, uma participação que a História saberá apreciar.

Houve quem, da tribuna da Conferência ou em "coletivas" da imprensa, acusasse a Santa Sé de dar excessiva importância ao tema do aborto. A resposta não se fez esperar, com uma ponta de compassiva ironia, por meio do porta-voz do Vaticano: "Não quisemos vir aqui para fazer do aborto o centro da Conferência. Se a questão do aborto explodiu, foi pela simples razão que os autores do *draft* do 'Programa de ação' não a trataram de modo adequado".

Qual, então, o papel que a delegação da Santa Sé se atribuiu na Conferência especialmente com relação ao aborto? E como pôde desincumbir-se deste papel?

Os próprios membros da mesma delegação se exprimiram com matizes ao responder a esta pergunta, e isso em função do ponto de vista e da sensibilidade pessoal de cada um. Das várias declarações sai uma visão, a mais una e coerente de todas as delegações. A delegação agiu e falou todo o tempo não pretendendo impor suas convicções, mas persuadida de servir à comunidade humana, na medida em que procura ser para ela o que a consciência individual é para cada pessoa. Neste sentido, a Santa Sé reafirmou de modo inequívoco sua rejeição ao aborto enquanto eliminação do embrião ou do feto que, desde o instante da concepção, já é possuidor de vida humana. Deixou claro, também, que, a seus olhos, jamais o aborto pode ser utilizado como método para o planejamento familiar ou para evitar problemas de saúde feminina. Excluiu toda forma de consenso em torno da legalização do aborto proposta desde o primeiro dia com não pouco estardalhaço pela Sra. BRUNTLAND.

Graças à persistência, à argumentação séria e responsável, à adesão de outros países, o trecho incriminado no *draft* foi completamente reestruturado: desapareceu

qualquer visão do aborto como legítimo método para o planejamento familiar, desapareceu também a perspectiva da legalização universal do aborto. Por ser seguro (*safe*), nem por isso o aborto teria direitos a tomar-se legal, como, por ser legal, não se torna moral.

Quanto à consciência do que foi alcançado pela Santa Sé, os delegados vão desde uma sensação de vitória até à impressão de que apenas "salvou-se o salvável". O essencial, pensa a delegação, é ter cumprido uma missão com consciência e senso de responsabilidade. Dito isto, a Santa Sé considera que, ao longo da Conferência, houve progresso na formulação do projeto do "Programa de ação". Mesmo assim, como já acontecera em Bucareste e no México, agora com maior razão, a Santa Sé não assinou integralmente o documento de consenso. Assinou, porém, várias partes do mesmo, que ela julga boas e positivas.

É impossível desconhecer, minimizar ou negar que, nesta Conferência, como em tantas outras, a presença, a palavra e a ação da Santa Sé tiveram uma grande importância. Digo da *Santa Sé* e não simplesmente do *Vaticano*, porque não é só o minúsculo Estado que toma assento entre as nações e ali se exprime: é a força moral de um homem que conduz espiritualmente 900 milhões de católicos, além de ser chefe daquele Estado *sui generis*. Reafirmando suas convicções mais profundas e seu compromisso com os mais altos valores morais e espirituais, a Santa Sé contribuiu com a Conferência contestando o *draft*, suas carências mais graves, e explicitando dimensões que ele não soube sequer colocar."

BIBLIOGRAFIA

Pontifício Conselho para a Família, *Evoluções Demográficas: Dimensões éticas e pastorais*, Libreria Editrice Vaticana, 1994

Associação Nacional Pró-Vida e Pró-Família, Boletim Informativo, Brasília, Mai-Jun, 1994

L'Osservatore Romano

CNBB, Boletim "Notícias"

Endereço do autor:

Caixa Postal 284
89201-970 JOINVILLE, SC

Fraternidade e Excluídos

Os Excluídos - Construtores do Reino nas comunidades da Grande Florianópolis

Pe. Wilson Groh
Comunidade do Mont Serrat
Coordenador do CEDEP

Na caminhada e partilha de vida com as comunidades pobres, muitas vezes ouço o grito de irmãos e irmãs que dizem: "*Hoje não pude dormir porque meu filho não comeu o suficiente para matar o mínimo da fome ontem à noite*". "*Subi ao meio-dia para almoçar, mas não tinha nada para comer. Tomei um copo d'água com a graça de Deus e desci para trabalhar*". "*O que significa viver no chão e não ter chão? Trabalhei a vida inteira e chego ao final na miséria, porque não tive carteira assinada, mas lavei muita roupa de doutor nesta cidade*"...

Ou situações presenciadas nos últimos meses: crianças comendo restos de cachorro morto, em outro lugar, fritando minhoca para comer ao meio-dia...

Os excluídos têm rosto, endereço, nome: eles estão aí à nossa vista, na rua; eles são parte de nós, pela espécie humana, são nosso sangue, carne, osso...

Manoel BANDEIRA, nos anos 40, já expressava a situação desta realidade, no seu poema "*O bicho*":

*Vi ontem um bicho
na imundície do pátio,
catando comida entre os detritos.*

*Quando achava alguma coisa
não examinava nem cheirava,
engolia com voracidade.*